

EMERGENTE: BRASIL - BAHIA.

Carlos Alberto da Costa Gomes, Maria Virgínia Sales Garcez

Resumo

O artigo realiza uma análise das principais condicionantes para elaboração de políticas públicas de enfrentamento à criminalidade na atualidade e de seus prognósticos no futuro. O Objetivo é a identificação de bases gerais para o planejamento da segurança pública no futuro emergente. A metodologia empregada é uma aproximação da construção da base do método de cenários de Michel Godet, com ênfase na identificação das variáveis-chaves. O trabalho divide-se em três partes: condicionantes gerais; condicionantes específicas e as conclusões onde se destaca a necessidade de repensar os limites territoriais e a articulação do serviço regional de segurança pública.

Palavras chave: Bases; segurança pública; futuro emergente.

Introdução

Alguns fatos indicam o início de um ciclo de transformações na atual ordem política econômica e social do planeta. O reconhecimento das economias emergentes da China, Índia, Rússia e Brasil (os Brics), as constantes crises econômicas dos países mais desenvolvidos e seus desdobramentos, mudanças no perfil populacional mundial e brasileiro, com forte redução da taxa de natalidade, aumento do número de idosos, as questões ambiental e climática, o consumismo, as substâncias psicoativas e a criminalidade geram inúmeros desafios para a humanidade. A este conjunto que condiciona qualquer estudo voltado para proposição de políticas públicas denomina-se “Futuro Emergente”. Estuda-lo é um exercício de análise do presente, examinando com o objetivo de destacar os “efeitos escondidos”, decompondo o “sistema” e identificando as “variáveis-chave” para obter uma visão sistêmica das principais características do comportamento destas variáveis capazes de influenciar a nossa percepção da realidade, aquilo que determina como vivemos e como esta condicionante influenciará como viveremos o futuro, em uma aproximação da Análise Estrutural de Godet (1993) Caldas e Perestrelo (1998). O trabalho parte das condicionantes gerais, passando-se as condicionantes específicas e na conclusão apresenta as bases da segurança pública em um futuro emergente, destacando-se na conclusão a necessidade de repensar os limites territoriais da ação policial.

Condicionantes Gerais da Atualidade

Em relação à gênese da criminalidade, como comportamento social, em 1969, o Prof. Dr. Zimbardo, da Stanford Universities, realizou um experimento que mudou a gestão da segurança pública no mundo (BERNARD, 1998). Foi muito simples, mas permitiu conclusões esclarecedoras que serviram de base para as melhores políticas públicas de segurança pública do planeta. Ele colocou um automóvel estacionado em uma região deteriorada da cidade (Bronx, New York) e outro idêntico em uma região bem cuidada (Palo Alto, Califórnia). O veículo da região deteriorada foi imediatamente destruído e suas peças roubadas. O da região bem cuidada ficou incólume por mais de uma semana. A questão que suscitou era se aquele fato confirmava a propensão da pobreza ao crime. Então o Prof. Zimbardo quebrou uma janela do automóvel que estava incólume na região bem cuidada. Em poucas horas o veículo foi totalmente destruído e suas peças roubadas. Posteriormente, com base em seu ensaio, os Professores James Q. Wilson e George Kelling desenvolveram a Teoria das Janelas Quebradas. A conclusão final é que não se trata de pobreza, mas de comportamento humano influenciado pelas condições locais de descuido, ou melhor, ambientalmente criminógenas que provoca o crime. Não é coincidência que as maiores taxas de criminalidade recaiam sobre as regiões degradadas de nossas cidades. Como a psique humana não se altera com facilidade, a qualidade da urbanização determina as regiões de concentração do crime e continuará determinando no futuro.

Vemos o declínio do estado laico pela emergência das religiões que dominam países e produzem o terrorismo local e internacional. Até mesmo no Brasil a política é influenciada por bancadas religiosas, capazes de impedir ou de produzir modificações nas nossas legislações. A religião é um dos vetores que já determina como vivemos e no futuro, ao que tudo indica, terá ainda mais influência sobre outros aspectos de nossa vida, como leis que proíbem o aborto, mas sem previsão de apoio à mãe ou à criança, e futuramente divisões sociais baseadas em religião, suscitando novas possibilidades de conflitos.

A forma de governo dominante é a democracia, com diversas nuances ou variações é declarada como regime da maioria dos países do globo. No ocidente a Democracia representativa evoluiu nas últimas décadas do século passado para a Democracia Participativa, ainda que parte considerável de nossas elites não o tenham compreendido e abusem da omissão de informação. Se em meados do século XX se acreditava em delegação de poderes através do voto a alguém que dirigiria uma nação, hoje se acredita em escolher alguém através do voto para congregar as forças sociais com a finalidade de produzir políticas adequadas ao interesse de todos. Não existe espaço para ditaduras, fascismo, nazismo, comunismo e coronelismo no futuro. O Estado representado

por Hobbes (2005) como um monstro mitológico - o Leviatã - foi domesticado, embora alguns ainda não aceitem. A burocracia sem face de Arendt (1999) capaz das maiores arbitrariedades, em nome de todos e ao mesmo tempo de ninguém, evoluiu subjugada pela participação direta da sociedade em conferências, comitês e conselhos. A Democracia Participativa determinará como vamos viver.

Com a redemocratização do Brasil, os direitos e garantias individuais e coletivas passaram a ser mais respeitados, limitando práticas abusivas que infelizmente ainda não cessaram, porém, como efeito colateral, imobilizaram as forças policiais gestadas historicamente no ambiente ditatorial, colocadas frente a uma realidade para qual não estavam preparadas. O Estado não equipou e formou suas polícias para lidar com a situação de normalidade democrática de direitos e garantias. Não possuíam e parte ponderável ainda não possui conhecimento, técnica, instalações, efetivos e meios para lidar com a nova situação.

A Família mudou. É difícil uma família onde exista um preceptor, um tutor em tempo integral como foram em nossos lares as nossas mães, avós e tios. O pai, a mãe, os avós, os tios, os irmãos mais velhos tem de trabalhar em mundo muito mais competitivo. A criança e o jovem nesta nova família passa a maior parte de seu dia sozinha ou com outras crianças ou jovens sem uma orientação sobre o que é certo ou errado, sem aconselhamento ou orientação moral. A escola, onde passa parte do dia, não está preparada para atender essa nova necessidade. É normal se ouvir que não cabe à escola a formação moral do indivíduo, ela deveria vir de casa, mas que casa? É presumível que teremos no futuro uma população com princípios de convivência, tolerância e moral diferentes dos nossos.

A educação brasileira não evoluiu para atender às necessidades desse novo milênio. Ao final do segundo grau nosso jovem não conhece as posturas, as leis municipais, as leis criminais, as leis eleitorais e as leis trabalhistas para viver em mundo regulado por leis. Não conhece rudimentos de matemática financeira para viver em um mundo globalizado e capitalista. Não conhece, sequer, os cuidados com a própria saúde e, principalmente, não possui uma profissão. Não formamos um cidadão e, é presumível que somente por mero acaso ou por um experimento de autoeducação este jovem venha a se comportar no futuro como tal.

Parte desta população sem habilitação não alcança postos de trabalho, lembrando Robert Castel (1998), é a própria metamorfose da questão social, uma parte da população dependerá permanente da outra, vivendo de auxílios do Estado, seja no Brasil seja qualquer lugar do mundo, simplesmente porque os postos de serviço de menor qualificação são

eliminados pela tecnologia e pela lógica da redução do custo. Esta população à margem da economia, sem possibilidade de renda ou de crédito para consumir é inútil dentro da lógica financeira e passa a trabalhar a favor da precarização do emprego, oferecendo-se por salários menores, defendendo o fim da estabilidade, mas sempre carregando consigo o sentimento de não pertencer ao mundo do consumo. Torna-se uma massa instável e pronta a explodir. Basta um resultado negativo de um time de futebol, um trem ou ônibus atrasado para eclosão de uma revolta com incêndios e danos a bens públicos e privados. É presumível que estes episódios de vandalismo continuem existindo no futuro, sendo necessário desenvolver técnicas para controle diferentes das dedicadas à criminalidade comum.

A inexorável globalização dilui as fronteiras, elimina possibilidades de proteção ao nível regional e coloca em igualdade de disputa pessoas, populações, países, regiões, cidades, empresas, negócios em diferentes estágios de evolução. As vantagens competitivas passam a determinar a própria sobrevivência. A velocidade de retorno permite a acumulação de capital para aplicar onde e quando for mais lucrativo. O local deve possuir algo que valha a pena nesta negociação. O fluxo comercial depende de condições logísticas favoráveis. A logística depende de recursos a médio e longo prazos, condição contraditória com a rápida acumulação pretendida pela lógica da globalização. Esta situação acaba determinando o colapso de parte considerável das estruturas ou equipamentos públicos e forçando o Estado já sobrecarregado pelo encargo com os auxílios é que obrigado a fornecer para que parte da população sobreviva (GOMES, 2008). É lícito pensar que as crises econômicas dos Estados Nacionais continuem existindo.

Uma alternativa real para as regiões mais pobres do planeta é a produção de substâncias ilegais que financiam grupos armados revolucionários órfãos da Guerra Fria e até mesmo operações de ilegais de governos instituídos. As últimas guerras no Sul da Ásia e Exércitos de Liberação da América Latina são exemplos representativos deste financiamento. Uma guerra em um local distante do globo pode produzir grandes alterações na Geopolítica das Drogas. Lembrando o autor francês Alain Labrousse, a droga financiou a guerra na Indochina e agora financia os Talibãs, porém no intervalo em que os Talibãs foram aliados dos Estados Unidos, a heroína quase desapareceu do mercado europeu e americano, provocando a superprodução de cocaína na América latina para atender esse mercado, mas com o fim da aliança EUA/Talibãs a heroína voltou a ser produzida em larga escala como fonte de recursos para os combatentes Talibãs, até contra seus princípios religiosos. A produção de cocaína Sul Americana desenvolvida para atender o grande mercado Norte Americano e Europeu ficou sem destino, sendo redirecionada ao consumo local, sob forma

de Crack (mais barato). Daí o Brasil de país de passagem passar a ser o país de destino. O poder do tráfico internacional de drogas corrompe as instituições e produz organizações criminosas que disputam territórios que passam a controlar. Nesse processo a cidade é diretamente atingida, gerando espaços diferenciados de cidadania. Em algumas localidades até o serviço público de coleta de lixo é impedido de ser executado. A droga está influenciando nossa sociedade e estará presente no futuro.

Os limites territoriais perdem a importância. Os meios de comunicação, as novas tecnologias e meios de transporte transformaram as fronteiras em coisas do passado. No mundo globalizado o número de viajantes cresce a cada dia e são poucos destinos que exigem vistos ou que possuem equipamentos de fiscalização de cargas capazes de controlar o fluxo entre as unidades da federação ou mesmo entre países. Como resultado do aumento constante da movimentação de carga e de pessoas neste cenário de pouco ou nenhum controle, o descaminho passou a ser fonte de renda de um grande número de pessoas e, até uma atividade reconhecida por governantes estaduais e municipais que providenciaram locais específicos para a comercialização dos produtos. Junto ao descaminho cresceu também o contrabando. Armas e drogas ingressam em grandes quantidades no país através de todos os modais de transporte. O crime cometido na Bahia tem como elemento básico a droga e a arma que não é produzida na Bahia, nem mesmo no Brasil. Assaltos às localidades do interior do Estado são cometidos por quadrilhas de qualquer Estado do Brasil. O Crime não manda ofício, não pede permissão, não envia processo, simplesmente desconhece limites territoriais.

Condicionantes Específicas

O Prof. Dr. Carlos Geraldo d'Andrea Espinheira (Gey Espinheira) um dos fundadores do Observatório de Segurança Pública da Bahia, dizia com ênfase da necessidade de lutar por nossa geração, não só porque temos direito a felicidade enquanto vivemos, mas porque se conseguirmos o melhor, as gerações do futuro terão algo melhor ainda. Assim é necessário examinar os dados sobre a criminalidade que ocorre hoje para compreender e propor possíveis soluções (para um futuro emergente). Onde estamos em relação à América do Sul? A Argentina informa uma taxa de 5,0 homicídios por grupo de cem mil habitantes e o Brasil segundo (ONGs) possui uma taxa de 29,2, enquanto o Ministério da Justiça informa 22,1. Já o Chile relata 5,8; a Colômbia 52,5; o Equador 28,4; a Guiana 18,7, Paraguai 16,1; Peru 3,3; Suriname 11,3; Uruguai 4,7; Venezuela 31,9. Portanto somos o terceiro país mais violento, com taxas inferiores apenas a Colômbia (em guerra) e a Venezuela.

Em relação aos países de igual porte econômico, o Brasil é a quinta ou sexta economia do mundo, a comparação demonstra a incompatibilidade da situação brasileira entre seus pares. Neste grupo composto pelo Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Itália, França, Rússia, China e Japão, três possuem taxas abaixo de um homicídio por grupo de cem mil habitantes (Japão, Itália e França). O Canadá apresenta 1,6/100.000, os Estados Unidos 6,0 e a Rússia 10,2 (United Nations Office on Drugs and Crime - 1995-2011).

O Último estudo global sobre homicídios da ONU (2011 Global Study on Homicide) indica a América do Sul, ao lado da África, como uma das regiões de maior número de homicídios do planeta, aduzindo os reflexos desta situação sobre investimentos necessários para o desenvolvimento social da região.

Na escala ao nível estadual, o Relatório Executivo de Abril de 2009 da Secretaria de Segurança Pública da Bahia apontou, através de uma imagem, a eficiência do sistema de contenção da criminalidade. Cabe aqui uma ressalva. Um sistema de contenção da criminalidade não tem nada atentatório aos Direitos Humanos ou ao regime de liberdades individuais e nem é uma prática repressiva, ao contrário é a base para um verdadeiro Estado Democrático. A figura (1) indica uma eficácia de 1,3%, o que não está muito abaixo do que se obtém em outros países, uma média entre 2% e 4% de condenação e de 20% de investigação das ocorrências registradas.

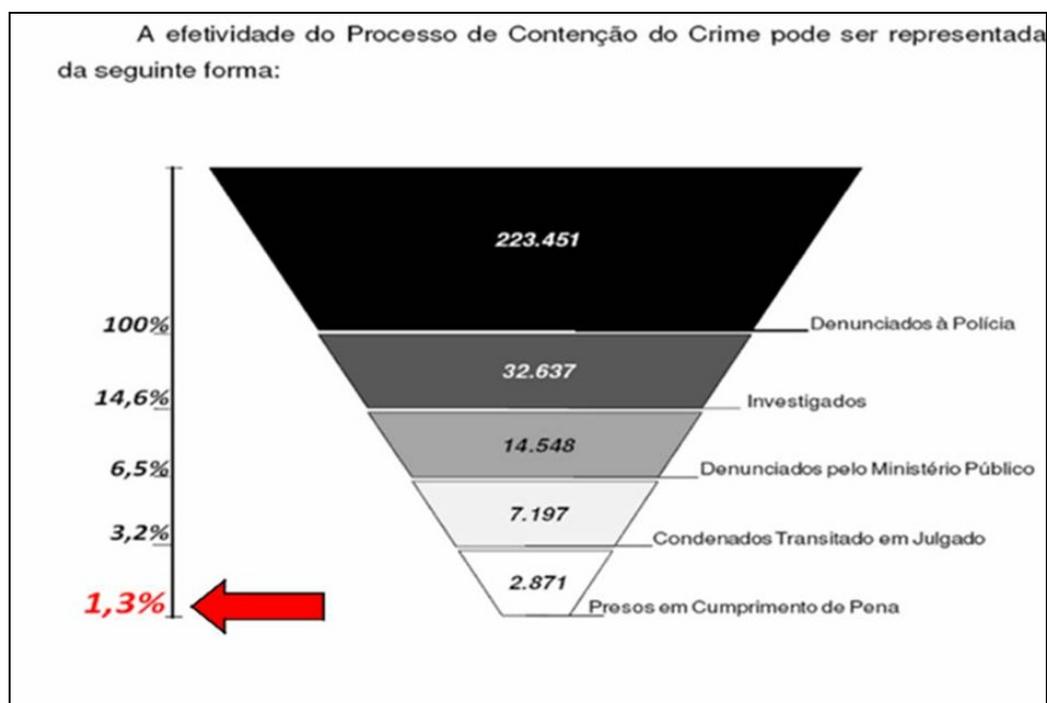


Figura 1- Efetividade do sistema de contenção da criminalidade. Fonte: SSP BA

É normal investigar as ocorrências que geram clamor popular e as outras, as de menor comoção popular são coletadas em bancos de dados que são examinados por

especialistas que cruzam as informações e identificam características de crimes, de grupos e de rotinas de criminosos, o que permite em um dado momento de amadurecimento das investigações detectar e prender quadrilhas ou bandos. O que preocupa é que na Bahia não existe este banco de dados, ou se existe é defasado, e nem pessoal qualificado ou não para a análise. Caso seja considerada a subnotificação a taxa de condenação cai para 0,39%, significando que será quase normal (99,8%) não ser alcançado pela Justiça após cometer um crime. Esta situação pode ser a base do crescimento do número de crimes, uma vez que um criminoso não é alcançado pela justiça, é presumível que poderá cometer novos crimes.

O banco de dados do Ministério da Saúde - DATASUS vem crescendo em qualidade ano após ano. A base de coleta ampla envolvendo inúmeros hospitais, a sistematização e o elevado número de pessoas que participam do sistema o torna infenso a influências políticas locais ou partidárias.

Já os dados da Secretaria de Segurança Pública enfrentam diversos problemas. Entre as dificuldades de trabalho com esta base de dados está a impossibilidade de se obter as tabelas originais e a mentalidade ou cultura organizacional voltada para preservação da informação. Não compreendem accountability. No DATASUS encontramos as estatísticas vitais e em subcampo específico encontramos a. Completitude do campo "Circunstância do óbito" por Causas Externas - SIM.

Tabela 1. Completitude do campo "Circunstância do óbito" por Causas Externas - SIM

Frequência por UF Ocorrência e Ano do Óbito						
Circunstância da Morte não natural: Homicídio						
Tipo de Óbito: Não Fetal						
Período: 2006-2010						
UF Ocorrência	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Rondônia	563	393	437	516	524	2433
Acre	132	109	113	137	140	631
Amazonas	653	697	811	888	1051	4100
Roraima	104	109	97	105	98	513
Pará	1893	2059	2634	2780	3253	12619
Amapá	178	163	189	171	232	933
Tocantins	198	207	211	262	297	1175
Maranhão	837	1001	1126	1274	1409	5647
Piauí	422	396	373	378	387	1956
Ceará	1639	1836	1933	2035	2470	9913
Rio Grande do Norte	298	566	682	767	778	3091
Paraíba	784	826	986	1195	1365	5156
Pernambuco	4292	4454	4303	3819	3329	20197

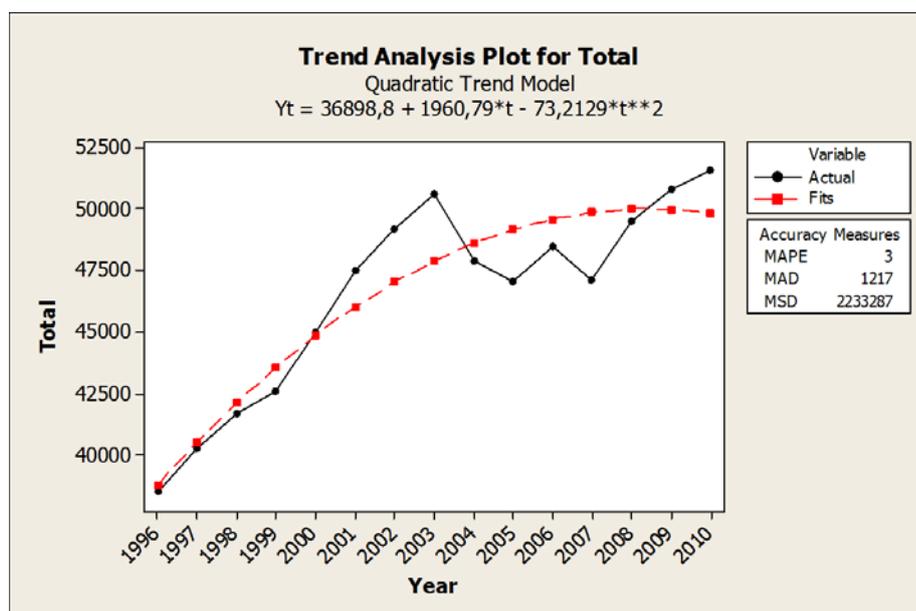
Alagoas	1597	1821	1876	1859	2064	9217
Sergipe	569	518	566	658	680	2991
<u>Bahia</u>	<u>3076</u>	<u>3490</u>	<u>4644</u>	<u>5220</u>	<u>5580</u>	<u>22010</u>
Minas Gerais	3818	3900	3707	3531	3485	18441
Espírito Santo	1712	1819	1908	1934	1723	9096
Rio de Janeiro	6875	6126	5241	4955	5138	28335
São Paulo	7464	5657	5507	5620	5033	29281
Paraná	2938	3040	3366	3576	3506	16426
Santa Catarina	622	599	743	765	775	3504
Rio Grande do Sul	1964	2163	2356	2213	2063	10759
Mato Grosso do Sul	654	674	681	727	637	3373
Mato Grosso	867	869	913	959	940	4548
Goiás	1329	1337	1635	1630	1745	7676
Distrito Federal	768	811	870	1003	879	4331
Total	46246	45640	47908	48977	49581	238352

Fonte: <http://www2.aids.gov.br/cgi/defthtm.exe?compl/cauex.def> acesso em 10/10/2012.

A Bahia tornou-se o Estado com o maior número de Homicídios do país em 2010, quando em números absolutos ultrapassou São Paulo, um Estado com o triplo da população. Já havia superado Minas Gerais e Rio de Janeiro em anos anteriores.

Com base nas tabelas do DATASUS é possível analisar o comportamento da série temporal. A análise a seguir utiliza a projeção quadrática, também conhecida como mínimos quadrados para traduzir o comportamento da série de dados em um modelo matemático que permite vislumbrar a tendência do conjunto.

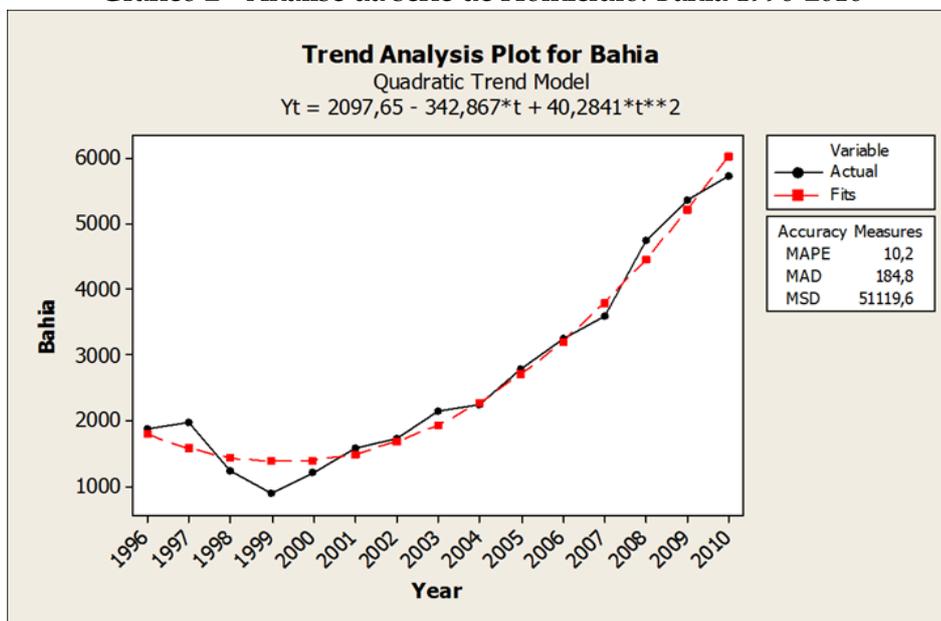
Gráfico 1-- Análise da série de Homicídio: Brasil 1996-2010



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

No gráfico um observa-se Erro Máximo da projeção de 3%. Em números reais isso significa um erro de 1217 homicídios no total de 52500; A tendência é de estabilidade neste patamar extremamente elevado.

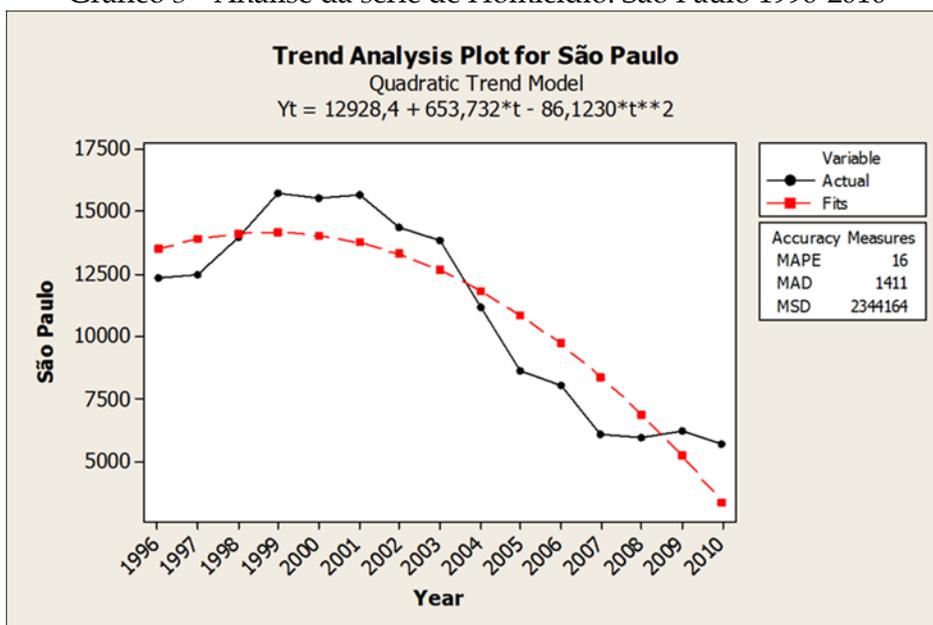
Gráfico 2-- Análise da série de Homicídio: Bahia 1996-2010



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

O número é duas vezes superior ao número de mortos nos principais conflitos armados recentes do mundo (Mortes matadas de WAISELFI, 2005).

Gráfico 3-- Análise da série de Homicídio: São Paulo 1996-2010



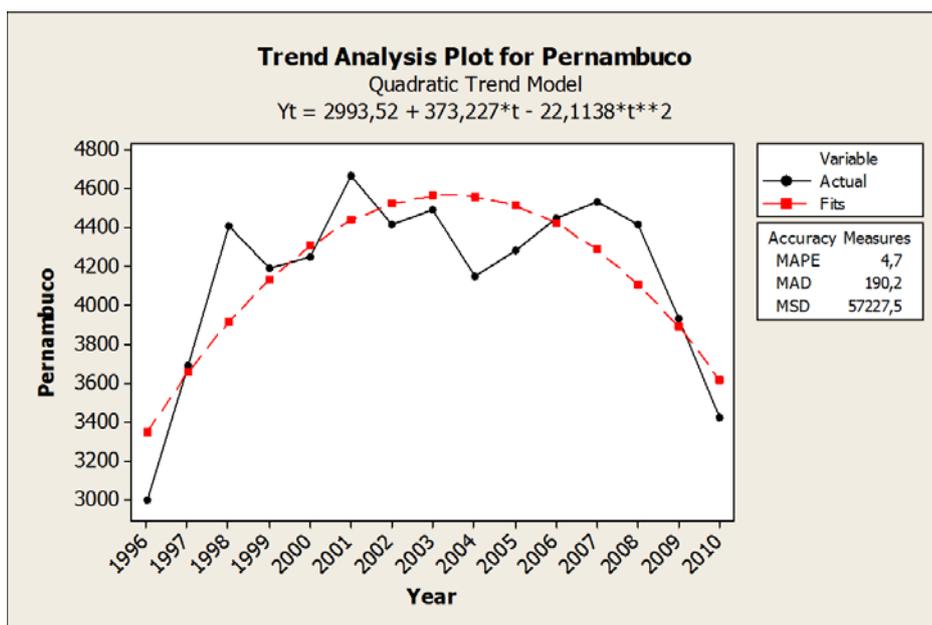
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Agrava o número de homicídios no Brasil o fato de apenas 8% (em média) (WAISELFIZ, 2011) ser esclarecido e o culpado condenado. Do total desta análise, 52000 homicídios, apenas 4000 resultarão no homicida preso. É lícito pensar que estes homicidas voltarão a cometer outros crimes. A situação é grave, porém ao nível nacional, por iniciativa de governos estaduais ou por ação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, a tendência é de estabilidade. No gráfico dois observa-se Erro Máximo da projeção de 10,2%; Em números reais isso significa um erro de 185 homicídios no total; A tendência clara é de crescimento.

Demonstra que o quer que esteja dando resultado no restante do país não está produzindo o mesmo resultado na Bahia. Não se pode atribuir esta disfunção ao desemprego ou crise econômica em virtude do Estado estar passando por um período de crescimento acima da média nacional.

O gráfico três apresenta o comportamento da série histórica dos homicídios no Estado de São Paulo. O comportamento é de queda acentuada nos últimos dez anos. Assim como a série histórica de São Paulo, a de Pernambuco indica queda. As duas análises foram inseridas neste texto para comprovação de que é possível, com nossas leis, com nossos policiais obter redução significativa do número de homicídios.

Gráfico 4 - Análise da série de Homicídio: Pernambuco 1996-2010



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Poder-se-ia apresentar várias figuras representativas de séries temporais dos homicídios na Bahia e no Brasil, comparando-se as tendências e concluindo-se pela inadequação da Política de Segurança Pública, aquela que trata das polícias, e da Política Pública de Segurança Pública que trata das formas de prevenir e evitar o crime. Os dados sobre a Bahia mostram de forma inconfundível a inadequação do que está sendo feito. Não existem estudos aplicados significativos sobre o emprego dos meios e de seu planejamento.

Uma possibilidade de análise recai sobre a teoria das cidades centrais ou rede de cidades e a implicação dos diferentes modelos de dependência dos centros urbanos em relação ao avanço da criminalidade. Neste sentido, a tese de João Apolinário aponta uma possibilidade e este estudo indica que de fato existe alguma correlação em relação às regiões de influência das cidades centrais, considerando Salvador, Feira de Santana e suas Regiões Metropolitanas.

O momento na série, em que a criminalidade começa a crescer em ambas as cidades (Salvador e Feira) são semelhantes e nas cidades do entorno de Feira também. Porém uma questão se coloca e que não foi desvendada é: o que aconteceu naquele momento que produziu este efeito?

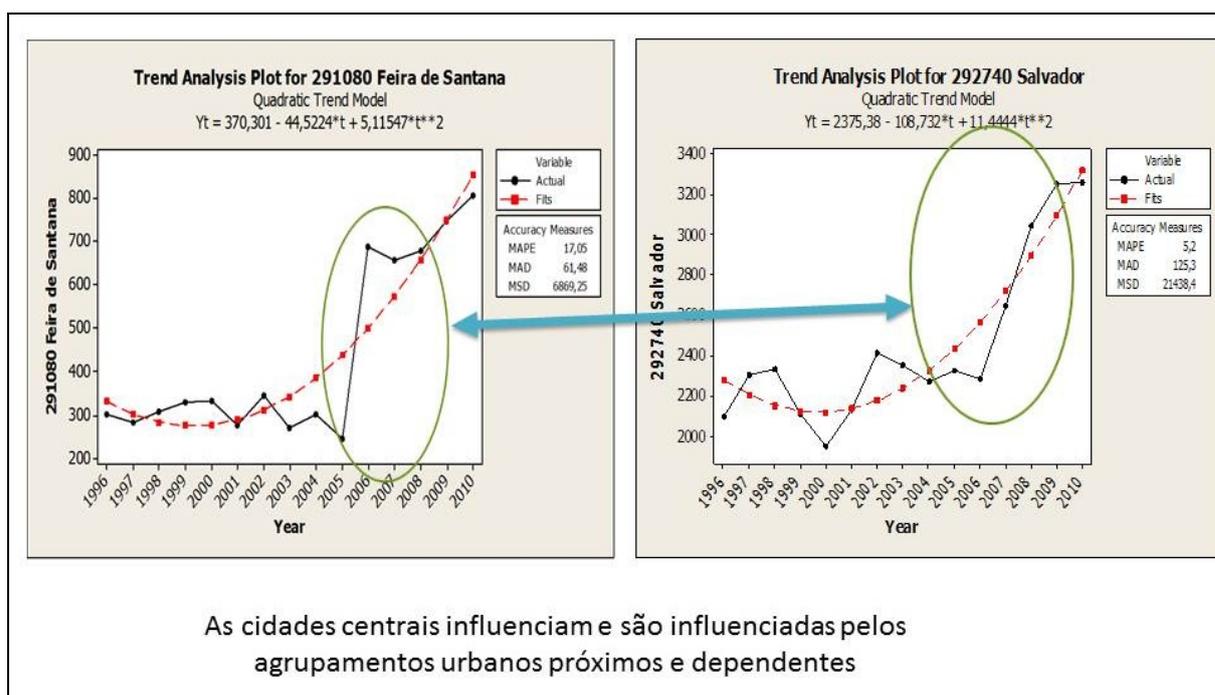


Figura 2- Influência da Criminalidade
 Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

A investigação fica prejudicada pela falta de dados primários, negados pelo Estado da Bahia, cuja liderança política e administrativa ainda permanece presa ao raciocínio que deve negar informações.

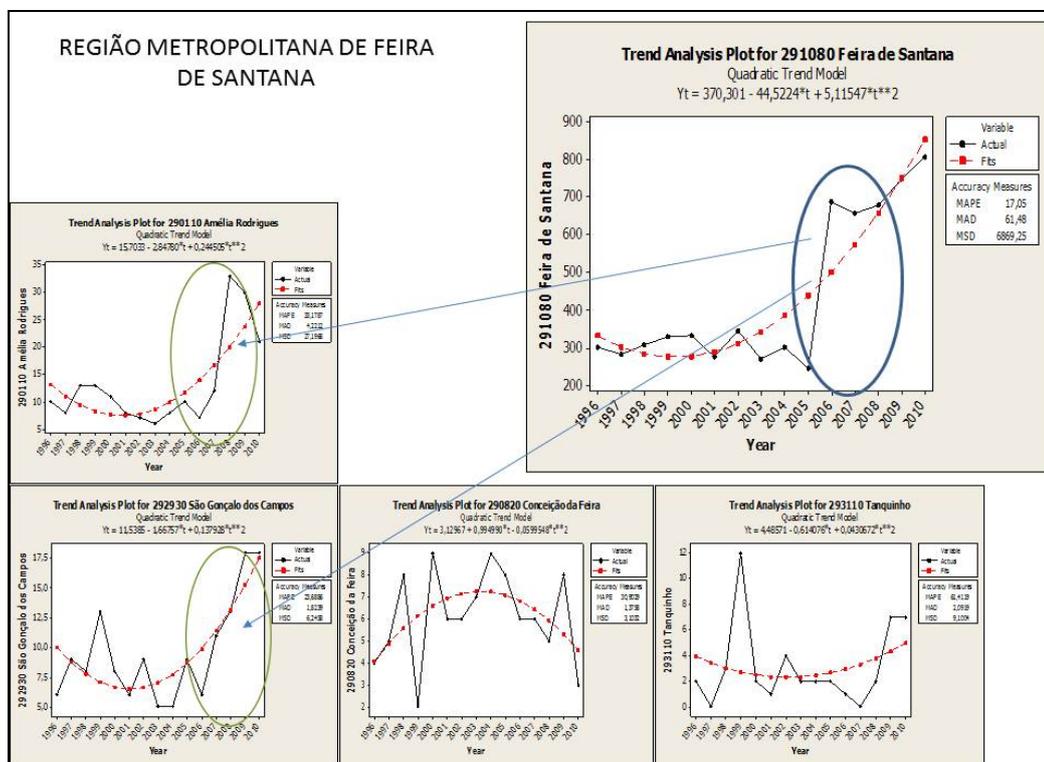


Figura 2- Influência da Criminalidade

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Conclusão:

As bases para a segurança pública em um futuro emergente deverá obrigatoriamente considerar que, em função da globalização, a segurança pública deixará de ser uma das atribuições dos governos para passar a ser a principal atividade de governo, não só para a garantia dos direitos humanos e cumprir as letras dos tratados, mas principalmente para garantir condições de inserção do território (local ou regional) na economia globalizada; Os quadros policiais terão de evoluir para ter capacidade de articulação regional e internacional e interagir com as mais diferentes áreas de governo e da sociedade na busca de mecanismo de prevenção ao crime.

A Política Pública de Segurança Pública determinará a agenda política e em torno dela será configurada a política local. As organizações sociais participantes das conferências e conselhos de segurança pública sofrerão mutações (necessárias) que permitirão a sua influência junto ao poder local, regional e nacional obrigando os governos a adotarem uma agenda propositiva;

A incoerência do sistema educacional permitirá o agravamento da questão da segurança pública se não ocorrerem reformas substantivas do ensino público e privado; A gestão das cidades terá de ser transformada para eliminar os espaços urbanos deteriorados eliminando-se condições que contribuem para o comportamento criminoso (Broken Windows);

Os limites territoriais da ação policial deverão ser repensados. Não é concebível que tenhamos milhões de jovens no Brasil sendo destruídos por substâncias psicoativas produzidas livremente em um país vizinho e tenhamos como solução investir cada vez mais nas organizações policiais locais para conter a criminalidade em nossas cidades;

A transparência dos dados sobre a criminalidade não será opção de funcionários ou mesmo de governo, já é uma obrigação para com o presente e será muito maior no futuro.

Referências:

- ARENDDT, Hanna. 1999. Sobre a violência. Rio de Janeiro. Relume Dumará.
- BAHIA. 2009. Relatório Executivo do Projeto Melhoria dos Resultados dos Indicadores de Segurança Pública. Salvador. Mimeo.
- BERNARD E. Harcourt. 1998. Reflecting on the Subject: A Critique of the Social Influence Conception of Deterrence, the Broken Windows Theory, and Order-Maintenance Policing New York Style Michigan Law Review , 97, 2, 291-389.
- CASTEL, Roberto. 1998. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis. Vozes.
- GODET, Michel. 1993. Manual de prospectiva estratégica: da antecipação a acção. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- GOMES. Carlos Alberto da Costa. 2008. A Globalização da Defesa do Trabalho. Salvador. Bureaux.
- HOBBS, T. 2005. Leviatã. São Paulo. Martin Claret.
- LABROUSSE, Alain. 2011. Geopolítica de las Drogas. Montevideo. Trilce.
- ONU. Global Study on Homicide 2011. United Nations Office on Drugs and Crime - 1995-2011. <https://www.unodc.org/>. Acessado em out 2012;
- PERESTRELO, Margarida & CASTRO CALDAS, José Maria. 1998. Instrumentos de análise para o método de cenários: I Análise estrutural. Lisboa, Portugal. Dinâmica. http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/467/4/DINAMIA_WP_1998-09.pdf. Acessado em 17 de nov. de 2012.
- SILVA, João Apolinário da. 2010. CRIMINALIDADE NAS CIDADES CENTRAIS DA BAHIA. Tese de doutorado. Universidade Salvador.
- WASELFIZ, Júlio Jacobo. 2005. Mortes matadas por arma de fogo no Brasil. Brasília. UNESCO.
- WASELFIZ, Júlio Jacobo. 08/05/2011. Crime Sem Castigo. Jornal O Globo. Rio de Janeiro.

ZIMBARDO, Philip apud WILSON, James Q.& KELLING, George L. 1982. Broken windows: the police and neighborhood safety. Atlantic Monthly. Atlantic.